

## #JusticiaParaAlejandra no TikTok: uma leitura a partir das contribuições teóricas de Nancy Fraser

### RESUMO

Na atualidade, é indiscutível o papel das mídias sociais como espaço de práticas sociais. Dentre as mídias com maior destaque, encontra-se o TikTok, plataforma que possibilita o compartilhamento gratuito de vídeos de até 60 segundos, com ampla variedade de recursos de edição. O vídeo #JusticiaParaAlejandra encontrado no TikTok, foi produzido em Bogotá, Colômbia e denúncia a realidade de Alejandra, uma mulher trans, parda, profissional do sexo, portadora do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), que foi negligenciada pelo sistema de saúde de seu país e faleceu sem receber assistência médica. Este trabalho procura analisar a situação apresentada no vídeo, a partir das contribuições teóricas da filósofa norte-americana Nancy Fraser, no que tange à discussão dos conceitos de coletividades bivalentes, onde situa-se a população trans e os remédios afirmativos e transformativos como estratégias de enfrentamento às injustiças que atravessam a existência dessas mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas Transgênero. Mídia Audiovisual. Justiça Social. Diversidade de Gênero. Minorias Sexuais e de Gênero.

Stephany Yolanda Ril  
E-mail: stephanyril.ss@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

João Batista de Oliveira Junior  
E-mail: jj.educauel@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Virginia de Menezes Portes  
E-mail: virginiaportes@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Filipe de Barros Perini  
E-mail: fbperini@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Maikon Leiria  
E-mail: maikonleiria@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Rodrigo Otávio Moretti-Pires  
E-mail: rodrigo.moretti@ufsc.br  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a *internet* vem se destacando a cada dia mais como espaço de práticas sociais, em virtude de sua utilização ocorrer no cotidiano de grande parte da população mundial. Em seus estudos, a socióloga Deborah Lupton (2015), sinaliza que as tecnologias digitais têm sido absorvidas às subjetividades humanas ao passo que as pessoas se relacionam diariamente (e praticamente a todo o instante) com seus dispositivos conectados à internet.

No universo da *internet*, as mídias sociais possuem relevante protagonismo, trata-se de plataformas que proporcionam e estimulam interações simultâneas entre as (os) participantes. Dentre as principais mídias sociais pode-se elencar *Facebook*, *Instagram*, *TikTok*, *Twitter* e outras.

Na conjuntura social impactada mundialmente pela pandemia de COVID-19<sup>1</sup> se faz importante destacar que a utilização da internet e, especialmente, das mídias sociais, ganhou grande visibilidade, uma vez que medidas para contenção da doença, como a de distanciamento social, resultaram no uso dessas plataformas como meios para desenvolvimento e manutenção de relações sociais.

As mídias sociais promovem um espaço de interações e relações sociais, trazendo diferentes impactos na vida das pessoas, alguns estudiosos afirmam o seu potencial como um instrumento de transformação social (ASSANGE *et al.*, 2013; NATANSOHN, 2013; MEDEIROS, 2020) ao mesmo tempo que é apontada enquanto mecanismo de manutenção das diferentes formas de desigualdade e opressão (NATANSOHN, 2013; LIMA; GERMANO, 2019). Como mencionado por Lima e colaboradores (2019, p. 90), “existe o risco de a Web ser utilizada para perpetuar formas de opressão, reforçar estereótipos de gênero e sexualidade, naturalizar desigualdades socioeconômicas e violar o direito à liberdade de expressão”.

Os debates acerca das pessoas trans<sup>2</sup>, no universo das mídias sociais, perpassam por essa dicotomia, onde, por um lado, possibilita uma maior discussão e acesso aos conteúdos e necessidades desse grupo social e, ao mesmo tempo, se mostra enquanto mais um espaço de perpetração de violência e transfobia (MEDEIROS, 2020), portanto, é recheado de “tensões, negociações e disputas de poder e representações” (MEDEIROS; PEDRA, 2021, p. 184).

A vida da população trans em sociedade - seja no espaço virtual ou fora dele - é marcada por profundas iniquidades, estando entre os grupos sociais que mais sofrem violências, preconceitos e discriminações, denominadas enquanto transfobias, pois questionam os padrões cisheteronormativos<sup>3</sup> que são tidos enquanto normas político-sociais, sendo enraizados socialmente (SANTOS, 2015).

A criticidade desse contexto é evidenciada de maneira escancarada quando observamos os dados existentes acerca das condições de vida das pessoas trans, sobretudo no Brasil, que lidera o ranking mundial de mortes por transfobia, com 980 mortes registradas entre 2011 e 2016, e pelo menos 175 assassinatos de pessoas trans no ano de 2020, sendo todas travestis e mulheres transexuais, inclusive, tendo um aumento no período durante a pandemia por COVID-19, sendo que houve diminuição dos índices em outras parcelas da população (ANTRA, 2021).

É alarmante pensar que a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil é de 35 anos de idade (ANTRA, 2021), 82% das mulheres trans deixam o ensino médio entre os 14 e 18 anos (GOLDENBERG, 2018) e 90% das pessoas trans sobrevivem exclusiva ou principalmente da prostituição (KOMETANI, 2017; ANTRA, 2021).

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde, a realidade das pessoas trans continuam agravadas, uma vez que encontram diversas barreiras que as distanciam dos serviços de saúde, como obstáculos para a utilização do nome social, despreparo profissional, resultando assim, em dificuldades de desenvolver um diálogo e causando relações desrespeitosas e atitudes violentas (ROCON *et al.*, 2016; HANAUER e HEMMI, 2019).

O panorama explanado acima demonstra a gravidade e a urgência do cenário que envolve a vida das pessoas trans, apontando para a importância da problematização dos aparatos que colaboram com essa realidade. Neste sentido, algumas ferramentas contemporâneas, como as mídias sociais, têm se mostrado importantes dispositivos de denúncia das relações de poder e violências. Tais situações e os possíveis dispositivos de enfrentamento devem ser levados em conta diante da defesa de condições de vida mais seguras e justas para a população trans.

Manuel Castells (2017) sinaliza que as mídias sociais da *internet* constituem espaços potenciais de autonomia, uma vez que rompem com o controle outrora exercido por governos e empresas, sob os canais de comunicação midiáticos tradicionais. No universo da *internet*, os indivíduos podem se conectar livremente, a fim de criar projetos em comum, formando redes em defesa de suas perspectivas sociais e políticas. Para o autor, a *internet* possibilita espaços de união, fortalecendo os sujeitos para a construção de estratégias de reivindicações de direitos.

Considerando tal potencialidade, hoje a *internet* compreende um relevante espaço de mobilização e ação política. Os movimentos impulsionados no contexto virtual dizem respeito a processos formativos de educação política, a manifestações que descortinam injustiças sociais (como o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos), mas também podem tratar-se de denúncias de situações de violências buscando visibilidade e justiça, como o vídeo *#JusticiaParaAlejandra*, que será abordado mais à frente como aparato analítico deste trabalho.

Conforme já sinalizado anteriormente, a transfobia atravessa a sociedade tanto nos espaços *online*, como nos *offline*, aqui atenta-se à importância de desmistificar a noção equivocada de haver uma cisão entre esses dois âmbitos, uma vez que são as mesmas pessoas que ocupam tais “universos”. No trabalho realizado por Viviane Borelli e colaboradores (2017), sobre o caso da travesti brasileira Verônica Bolina, agredida por policiais em um presídio de São Paulo no ano de 2015, as autoras lançam luz à transfobia perpetrada por canais midiáticos de grande alcance nacional, como G1 e R7, apresentam também o contraponto realizado pela Revista Fórum, com uma abordagem que compreende e visibiliza as questões de gênero envolvidas, e destacam a mobilização social *#SomosTodasVerônica*, fundada nas mídias sociais *online*.

O artigo citado se dedica aos discursos reiterados pelos portais jornalísticos e enfatiza que a popularização do caso se deu pela dispersão das fotos da agressão a Verônica nas redes sociais, disseminação que ocorreu antes mesmo da cobertura midiática. Nesse sentido, Borelli (2017) salienta que a grande visibilidade obtida

pelo caso se deu pela utilização, por atores sociais, das plataformas digitais (com destaque para o *Facebook*), como espaços de mobilização em defesa de Verônica. Este movimento vai na direção de um entendimento que compreende as mídias sociais como espaços democráticos possibilitadores de denúncia às injustiças sociais existentes.

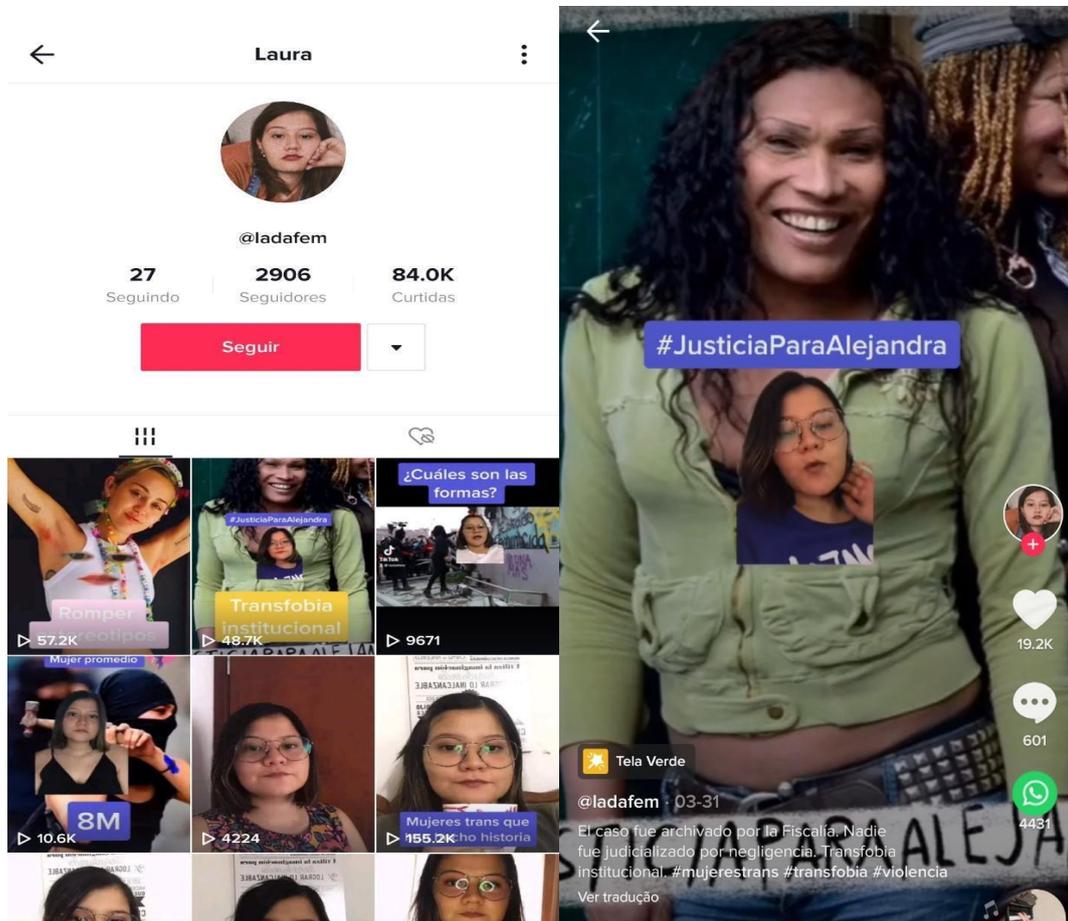
Seis anos depois, é possível observar muitas aproximações entre as vivências de Alejandra Monocuco e Verônica Bolina, para além de serem pessoas trans e profissionais do sexo, em ambas as situações identifica-se o potencial que as plataformas digitais possuem no que tange à visibilidade de temáticas e injustiças de sexualidade e gênero. A seguir procura-se retratar a publicação no *TikTok*: #JusticiaParaAlejandra, bem como, tecer reflexões a partir das contribuições teóricas da filósofa norte-americana Nancy Fraser.

### DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

O *TikTok* é uma plataforma relativamente recente de mídia social, lançada globalmente em 2018 e consagrada atualmente entre as 4 maiores redes sociais do mundo, com mais de 2 bilhões de downloads e 800 milhões de usuários ativos (BBC, 2020). É uma ferramenta para compartilhamento gratuito de vídeos curtos de até 60 segundos, com amplos e fáceis recursos de edição e reutilização de mídias, o que facilita a sua “viralização”. Com uma popularização inicial entre adolescentes, atualmente tem a grande maioria dos acessos (79,8%) sendo realizados por adultos entre 18 e 44 anos (ADWEEK, 2020).

O vídeo em análise, #JusticiaParaAlejandra, disponibilizado nesta plataforma gratuita pela usuária @ladafem em 31/03/2021, permitiu a autora sua produção rápida, sem a necessidade e limitação de avaliação editorial dos meios de comunicação tradicionais, com alcance de suas informações a milhares de pessoas, tanto em âmbito local como internacionalmente. Destaca-se que em 21/04/2021, segundo informações disponibilizadas na plataforma, o material totalizava 48.3K (mil) visualizações, 19.1K de *likes* (curtidas), 600 comentários e 4425 compartilhamentos no interior da própria mídia social, como podemos visualizar nas imagens a seguir:

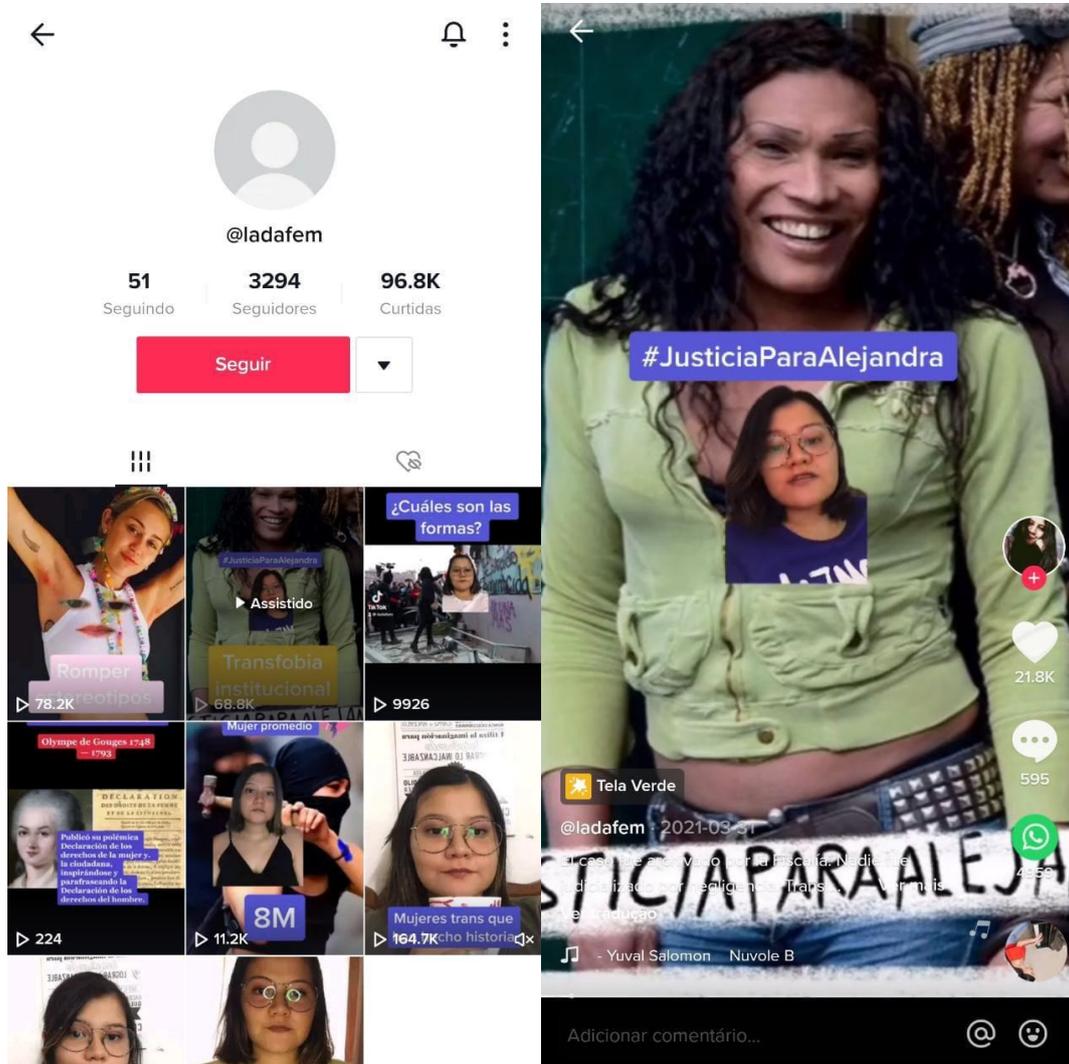
Figura 1 – Perfil do TikTok @ladafem e vídeo #JusticiaParaAlejandra



Fonte: TikTok @ladafem.

Em 05/04/2022, aproximadamente um ano após o primeiro acesso ao vídeo, foi possível observar um aumento no número de visualizações e curtidas, o que demonstra sua capacidade de visualização e difusão. Sendo que no momento atual, o vídeo conta com 68.8K (mil) visualizações, 21.8K de *likes* (curtidas), 595 comentários e 4959 compartilhamentos, conforme Figura 2.

Figura 2 – Perfil do TikTok @ladafem e vídeo #JusticiaParaAlejandra



Fonte: TikTok @ladafem.

No material, a narradora destaca o seguinte episódio:

Ella era Alejandra Monocuco. Era una trabajadora sexual trans de Bogotá quien murió el 29 de mayo de 2020 por negligencia.

Alejandra estaba enferma y sus compañeras pues llamaron a la ambulancia y la ambulancia se demoró como una hora en llegar al lugar.

Cuando llegaron los paramédicos, dijeron, y le tomaron la temperatura y dijeron que se podría tratar de una sobredosis y que no le podían dar nada de comer ni de tomar. Una compañera les dijo que porque no la remitieron a un centro hospitalario que ja estaba

muy enferma y también les dijo que ella era una mujer trans y que tenía VIH.

En un momento los paramédicos como que se alejaron y se fueron y solamente le dijeron que se eran síntomas de Covid-19 pues que se le iba a pasar.

Minutos después Alejandra murió. Ayer el caso fue archivado por la fiscalidad general de la nación. Se evidencia la transfobia y la discriminación institucionalizada<sup>5</sup>.

A revelação da situação ocorrida com Alejandra suscita a reflexão sobre as circunstâncias a que as mulheres trans, pardas, profissionais do sexo, portadoras do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e outras coletividades estão sujeitas socialmente. Neste horizonte, o presente ensaio procura analisar o conteúdo do vídeo #JusticiaParaAlejandra, a partir da ótica e das contribuições teóricas da filósofa norte-americana Nancy Fraser<sup>6</sup>.

Para tanto, discute-se o conceito de coletividades bivalentes proposto pela referida autora, uma vez que a população retratada no vídeo se encontra socialmente em uma região intermediária, ou seja, sofrendo injustiças relacionadas tanto ao âmbito da economia política, como ao campo cultural, sem que as injustiças sejam efeito uma da outra, mas sim, as afligindo de forma primária. Posteriormente, são apresentadas as noções de redistribuição e reconhecimento para trabalhar os conceitos de remédios afirmativos e transformativos como estratégias possíveis para atuação frente às injustiças vivenciadas pela população em evidência no vídeo.

### **O entrelaçamento de injustiças: coletividades bivalentes e o caso Alejandra(s)**

A história de negligência e descaso assume tom de denúncia na mídia aqui apresentada. A partir da utilização da #JusticiaParaAlejandra é relatado mais um caso letal dos mecanismos de poder e injustiças causadores de iniquidades, as quais estão presentes ao longo da trajetória de vida da população trans.

Diante da análise da frase em espanhol ao concluir a narrativa, “Institucional y lo difícil que es para las personas trans acceder al sistema de salud” é possível estabelecermos as barreiras de acesso da população trans como resultado dos desafios de populações caracterizadas como coletividades bivalentes. Nancy Fraser (2006), apresenta-nos as coletividades bivalentes como aquelas reconhecidas enquanto grupos submetidos tanto à estrutura econômico-política quanto à estrutura cultural-valorativa da sociedade. Trata-se de coletivos que sofrem injustiças econômicas, políticas e culturais de maneira simultânea, sendo oprimidas ou subordinadas por ambas as estruturas ao mesmo tempo, de forma primária e co-original (FRASER, 2006).

Alejandra era mulher trans, parda, profissional do sexo e portadora do HIV. No formato estrutural de organização social, tais características são causadoras das injustiças culturais, simbólicas, econômicas e políticas, uma vez que produzem rupturas com os padrões sociais de representação dos indivíduos, a partir da normatização da identidade de gênero, de classe social, raça/cor/etnia. Neste

sentido, a sobreposição das injustiças às quais Alejandra estava submetida gera ocultamento, desrespeito e negligência.

A análise das estruturas a que estão submetidas a população trans remete a reflexão acerca das injustiças de cunho econômico e político, que se radica na estrutura econômico-política da sociedade. Para Fraser (2006), tais injustiças incluem a exploração (ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros); a marginalização econômica (ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerado); e a privação (não ter acesso a um padrão de vida material adequado). Características que configuram as dificuldades da população trans, marcadas pelas barreiras de acesso aos vínculos empregatícios estáveis, oportunidades profissionais ou acesso à educação formal. Os empecilhos, na grande maioria das vezes, não apresentam outra possibilidade de subsistência que não a prostituição e seu quadro de exposição à violência e precarização.

Da mesma maneira, como segunda dimensão para compreender a injustiça, destaca as questões culturais ou simbólicas correspondentes às injustiças estabelecidas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Seu formato ocorre por meio da dominação cultural (submissão a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (difamação ou desqualificação rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas ou nas interações do cotidiano). Alejandra, assim como inúmeras mulheres trans, vivenciou o ocultamento e desrespeito, tanto ao não receber assistência, quanto no ato de arquivamento do seu caso, como não merecedor de investigação pública.

De acordo com os padrões sociais, Alejandra não possuía as características apropriadas para ser reconhecida. Era invisível e submetida às injustiças econômicas e culturais. Se não reconhecida, lhe sobra o apagamento, nega-se a ela e milhares de mulheres trans, cotidianamente, a distribuição não apenas econômica, mas em forma do direito de continuar viva, de existir. Aceitam-se, assim, as formas pelas quais a privação econômica e o desrespeito cultural se articulam e sustentam as desigualdades.

A denúncia do vídeo é contundente no sentido da negação de atendimento e arquivamento do caso Alejandra pelos marcadores sociais da desigualdade que ela carregava. Fraser (2006) é enfática ao colocar “que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade” (p. 231, traduzido pelos autores) e continua nesse caminho ao afirmar que “assumo que a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento” (p. 231, traduzido pelos autores), ou seja, para que situações como essa fatalidade sejam evitáveis, a autora propõe os possíveis remédios que entrelaçam reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica.

Neste sentido, as respostas em formato de “remédios” necessitam tanto de redistribuição quanto de reconhecimento, pois, para a autora, somente a integração entre esses dois elementos responde às demandas da nossa era. Assim, os remédios da redistribuição envolveriam a reestruturação político-econômica (reorganização da divisão do trabalho, redistribuição de renda etc.), enquanto os

remédios para reconhecimento seriam mudanças simbólicas ou culturais (reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural, revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais de grupos marginalizados etc.) (FRASER, 2001).

### **Análise da realidade social das pessoas travestis e transexuais sob a ótica dos remédios afirmativos e transformativos levantados por Nancy Fraser**

Ao deparar-se com situações emergentes, como a denunciada pelo vídeo #JusticiaParaAlejandra, é mister a reflexão sobre quais as possibilidades para interferir nestes contextos, de negligências, violências (simbólicas, físicas etc), desrespeito entre diversas outras situações experimentadas pelos grupos subalternos.

Como já sinalizado, o presente trabalho norteia-se pelos conceitos abordados por Nancy Fraser para pensar possibilidades de aplicação teórica em uma realidade complexa vivenciada pelas pessoas travestis e transexuais, com foco nos elementos do vídeo. Para isso, propõe-se uma breve contextualização teórica fundamentada na autora citada, para, em um segundo momento, aplicar estes conceitos na realidade prática demonstrada.

A autora pauta sua discussão na necessidade de reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica, sendo o primeiro relacionado às injustiças culturais de valorização de determinadas identidades/símbolos em detrimento de outras, inserindo um debate sobre a necessidade de uma revalorização de identidades desrespeitadas e de produtos culturais não hegemônicos, além de uma valorização da diversidade cultural. A redistribuição econômica, parte de uma distribuição desigual do trabalho e renda na sociedade, necessitando, assim, de uma redistribuição desses meios.

Se faz importante destacar que essa necessidade de reconhecimento parte de um debate sobre as injustiças vivenciadas socialmente. Tendo uma compreensão que se dá pela injustiça econômica que se expressa dentro de uma estrutura econômico-política no interior da sociedade, envolvendo não só as desigualdades de renda, mas também a exploração, a privação e a marginalização ou exclusão. Alguns exemplos são, como nas marginalizações econômicas – vivenciados pela população travesti e transexual, na medida que grande parte não tem acesso ao mercado de trabalho formal e remunerado, ficando à margem de trabalhos de subsistência – também nos contextos de privação, onde as pessoas não têm acesso a um padrão de vida material adequado – como expressado no vídeo, quando se tem seu direito negado, relacionando sua profissão a partir de um estigma moral e inferiorizado.

A segunda compreensão considera as expressões culturais e simbólicas das injustiças, que permeiam os padrões sociais de representação, interpretação e comunicação na sociedade. A autora apresenta como exemplos desses processos, a dominação cultural (quando as pessoas são submetidas a processos de interpretação e comunicação relativos a outra cultura, pelos quais são alheios ou contrários às suas); o ocultamento (quando as práticas comunicativas, interpretativas e representacionais tornam invisíveis outros modos de vida que não extrapolam a norma postulada por aquela cultura) e também o desrespeito

(quando as interações cotidianas são pautadas na difamação, desqualificação e nos estereótipos representacionais dentro da cultura pública).

O vídeo que orienta a reflexão deste trabalho apresenta aspectos sociais pautados na injustiça econômica quando descreve a violência vivenciada, apontando, ainda, a mulher transexual enquanto profissional do sexo/prostituta, situação vivenciada por grande parte das mulheres travestis e transexuais no Brasil, como mostra a pesquisa conduzida pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em 2017, onde 90% das pessoas travestis e transexuais apelavam para a prostituição como fonte de renda, consequência da exclusão do mercado de trabalho. Vale destacar que a apresentação desse dado não tem a intenção de menosprezar tal categoria, mas sim, de evidenciar a falta de oportunidades dentro do complexo econômico-político que as pessoas travestis e transexuais vivenciam em nossa sociedade.

A empregabilidade da população trans é uma das prioridades do MPT, que promove esforços por meio da Coordigualdade. Devido ao preconceito e à baixa escolaridade, grande parte das pessoas trans não consegue uma oportunidade no mercado de trabalho. Mesmo as graduadas e aptas a exercerem uma profissão de alto desempenho, por vezes, são recusadas por sua identidade de gênero, o que as leva muitas vezes para a prostituição. Segundo estimativas da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% das travestis e transexuais brasileiras se prostituem. Um dos principais motivos é a expulsão de casa cedo, com 12 ou 13 anos de idade, momento em que geralmente começam a revelar sua identidade de gênero (MPT, 2018).

Quando o vídeo destaca a negligência pelo fato de ser uma travesti, observa-se uma situação de injustiça social, que se caracteriza a partir de uma dominação cultural que coloca pessoas cisgêneras como 'naturais' 'superiores' e as pessoas travestis e transexuais em um lugar de subalternidade. Pode-se ir mais além, destacando que as mulheres travestis e transexuais vivenciam também uma injustiça social androcêntrica (valorização da masculinidade) sofrendo, assim, as desigualdades de gênero.

Ao analisar o contexto emergente do vídeo, observa-se a retratação da realidade de uma coletividade bivalente – termo cunhado por Fraser – pois se caracteriza um problema de má distribuição socioeconômica e de uma injustiça cultural, demandando tanto reconhecimento, quanto redistribuição de maneira integrada e não de maneira polarizada, como numa lógica neoliberal, tendo um olhar para essas políticas como contraditórios. Um exemplo se dá quando analisam-se as diferenças de gênero, onde a lógica da redistribuição tem o intuito de acabar com as diferenças de gênero e o reconhecimento parte da valorização das especificidades.

Deste modo, no contexto das coletividades bivalentes – como no caso das pessoas travestis e transexuais – as demandas só podem ser respondidas por meio de uma integração do reconhecimento e da redistribuição, pois abarcam dimensões econômicas e culturais-valorativas.

A partir das contextualizações apontadas anteriormente far-se-á uma tentativa desafiadora de aproximação da teoria com a prática, propondo-se a pensar estratégias para intervir nas diferentes demandas apresentadas no vídeo a partir do percurso teórico abordado por Fraser. A proposta parte de um entendimento já apontado no parágrafo anterior, de uma associação entre necessidades de reconhecimento e redistribuição e esse caminho será feito a partir dos remédios afirmativos e transformativos trabalhados pela autora.

Por remédios afirmativos para a injustiça, Fraser descreve as ações voltadas para correção dos efeitos desiguais dos arranjos sociais com pouco impacto na estrutura subjacente que os engendra. Já os remédios transformativos se configuram como aqueles que atuam na reparação dos efeitos desiguais a partir da reformulação do sistema gerativo subjacente.

No caso de Alejandra, os remédios afirmativos se voltariam em meios que promovessem garantia legal do seu atendimento de maneira integral, no âmbito da saúde, independente de suas características sociais, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no Brasil, por exemplo, que tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT, seu intuito é reduzir as desigualdades relacionadas à saúde dessa população a partir de diretrizes e ações programáticas (BRASIL, 2013). Neste sentido, políticas afirmativas no âmbito da educação e do mercado de trabalho poderiam atuar nas condições de vida e saúde da população de pessoas travestis e transexuais.

Além disso, destaca-se, ainda, a centralidade do reconhecimento da complexidade da comunidade LGBT, a qual exigiu ao longo da história - por meio das lutas dos movimentos sociais - a ampliação de um conjunto de ações em saúde que promovessem uma política transversal, capaz de combater as discriminações, desigualdades e iniquidades em saúde. Neste sentido, o acesso à saúde da população LGBT requer uma análise ampla capaz de articular a produção de conhecimento, a participação social, a promoção e a educação em saúde, a atenção e o cuidado, ampliando as portas de entrada nos serviços de saúde do SUS, eliminando as barreiras estruturais em forma de discriminações institucionais (SILVA, 2020).

Nesse sentido, tais ações são fundamentais no combate às desigualdades sociais, porém, não são suficientes para uma mudança estrutural, que supere a concepção LGBTfóbica, neste caso específico, transfóbica, que mantém as pessoas travestis e transexuais em uma posição de subalternidade e na maioria das vezes não desestabilizam as concepções binárias de gênero.

Deste modo, os remédios transformativos seriam mais eficazes, a partir de uma política que possa desestabilizar a dicotomia binária envolvida no sistema sexo-gênero, cis-trans, homo-hetero etc, mas que reafirme em pé de igualdade outras formas de identidade que extrapolem esse sistema (como no caso das pessoas travestis e transexuais). Salienta-se a complexidade de se pensar em remédios transformativos neste quesito, apontando ainda, o quão amplo é o universo das desigualdades sociais, como já destacado, os diferentes marcadores sociais - raça/cor; classe, gênero; sexualidade etc - existem e coexistem em todos esses processos, e devem ser sempre considerados nesta dinâmica opressiva.

Ao analisar a realidade das pessoas travestis e transexuais, é importante destacar a perspectiva tridimensional levantada por Fraser, que conota as

categorias que estão situadas na estrutura econômica, na ordem de status e na esfera da representação, colocando, portanto, que a redistribuição, reconhecimento e representação estão sempre juntos, que é o caso da população trans (CRISTIANETTI, 2015). Neste âmbito, destaca-se a impossibilidade de Alejandra de pronunciar sobre sua própria vida, visando que esta foi eliminada por negligência, sendo ‘representada’ por um terceira pessoa a partir da mídia social de maneira póstuma.

Assim, os remédios afirmativos e transformativos, seja pela ótica da redistribuição ou do reconhecimento, devem considerar o dinamismo social e atuar de maneira integrada, para que se possa pensar em uma busca por justiça social.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que o vídeo #JusticiaParaAlejandra, além de constituir uma denúncia às injustiças econômicas, políticas e culturais vivenciadas por pessoas transgêneros na cidade de Bogotá, Colômbia, sua propagação por meio da mídia social *TikTok*, também pode ser considerada uma estratégia relevante para a luta por reconhecimento cultural desta coletividade e redistribuição no sentido de denunciar o descaso público com pessoas em situação econômica vulnerável.

Outrossim, as mídias sociais têm se apresentado como espaços que possibilitam que as informações sejam transmitidas de forma globalizada, aumentando o número de visualizações, bem como, a repercussão das informações retratadas, considerando que o material em questão, foi acessado por pesquisadores que se encontram em outro país. No entanto, apesar de se tratar de localidades distintas, as realidades de ambos os países se mostram muito próximas, uma vez que essa população no Brasil também enfrenta diariamente uma série de iniquidades e negligências.

A partir das contribuições teóricas de Nancy Fraser, foi possível vislumbrar a população trans enquanto uma coletividade bivalente, ou seja, compreendem um grupo social submetido tanto às injustiças resultantes da estrutura econômica e política, bem como, aos efeitos das desigualdades produzidas pela estrutura cultural e valorativa, sem que sejam consideradas efeito de uma opressão em detrimento da outra, mas sim, afetados pelas duas estruturas de forma simultânea e primária.

Ao analisar o vídeo que narra o cenário de morte de Alejandra Monocuco, observam-se indícios de injustiças relacionadas à distribuição econômica, bem como, ao que se refere ao âmbito do reconhecimento cultural, esse processo de sobreposição de injustiças, na situação em tela, resultaram em apagamento, desrespeito e negligência, culminando em seu falecimento sem assistência médico-hospitalar.

Para o enfrentamento dessas injustiças, Nancy Fraser propõe o desenvolvimento de “remédios” capazes de entrelaçar reivindicações de reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica. Dessa forma, a autora enfatiza que somente integrando elementos de ambos os movimentos será possível construir respostas para as demandas da conjuntura atual.

Em suma, procurou-se desenvolver reflexões acerca das experiências de pessoas trans enquanto uma coletividade bivalente por meio da trajetória de Alejandra Monocuco retratada no vídeo #JusticiaParaAlejandra. Sem a pretensão de esgotar potenciais análises, espera-se que este trabalho introdutório possa suscitar novas produções teóricas que explorem as contribuições que Nancy Fraser pode trazer para a temática em voga.

## #JusticiaParaAlejandra on TikTok: a reading from the theoretical contributions of Nancy Fraser

### ABSTRACT

Currently, the role of social media as a space for social practices is indisputable. Among the most prominent media is TikTok, a platform that allows free sharing of videos of up to 60 seconds, with a wide variety of editing features. The video #JusticiaParaAlejandra found on TikTok, was produced in Bogotá, Colombia and denounces the reality of Alejandra, a trans woman, brown, sex worker, carrier of the Human Immunodeficiency Virus (HIV), who was neglected by the health system of her country and died without receiving medical care. This work seeks to analyze the situation presented in the video, based on the theoretical contributions of the North American philosopher Nancy Fraser, regarding the discussion of the concepts of bivalent collectivities, where the trans population and the affirmative and transformative remedies as strategies of facing the injustices that cross the existence of these women.

**KEYWORDS:** Transgender People. Audiovisual Media. Social Justice. Gender Diversity. Sexual and Gender Minorities.

## #JusticiaParaAlejandra en TikTok: una lectura desde los aportes teóricos de Nancy Fraser

### RESUMEN

En la actualidad, el papel de las redes sociales como espacio de prácticas sociales es indiscutible. Entre los medios más destacados se encuentra TikTok, una plataforma que permite compartir videos de hasta 60 segundos de forma gratuita, con una amplia variedad de funciones de edición. El video #JusticiaParaAlejandra encontrado en TikTok, fue producido en Bogotá, Colombia y denuncia la realidad de Alejandra, una trans, morena, trabajadora sexual, portadora del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), quien fue desatendida por el sistema de salud de su país y murió sin recibir atención médica. Este trabajo busca analizar la situación presentada en el video, a partir de los aportes teóricos de la filósofa norteamericana Nancy Fraser, en cuanto a la discusión de los conceptos de colectividades bivalentes, donde la población trans y los remedios afirmativos y transformadores como estrategias de enfrentamiento a la injusticias que atraviesan la existencia de estas mujeres.

**PALABRAS CLAVE:** Personas Transgénero. Medios Audiovisuales. Justicia Social. Diversidad de Género. Minorías Sexuales y de Género.

## NOTAS

1 Segundo o Ministério da Saúde, COVID-19 é uma doença provocada pela infecção ao vírus SARS-CoV-2 e pode apresentar desde infecções assintomáticas até quadros respiratórios graves.

2 “Pessoa trans” é a forma popular como são conhecidas as travestis e os/as transexuais, que são tratadas/os, coletivamente, como parte do grupo que alguns chamam de “transgênero” (JESUS, 2012). Será a forma como nos referiremos neste trabalho, abarcando todas as possibilidades de reconhecimento nas experiências trans.

3 A Cisheteronormatividade corresponde às normas político-sociais que impõem práticas e códigos cisgêneros e heterossexuais a todas as pessoas. Refere-se ao ideal normativo de uma sociedade que tem os corpos cis e a heterossexualidade como dispositivos de regulação de desejos, práticas sexuais, expressões e identidades de gênero.

4 O uso do símbolo da cerquilha (#), seguido de uma palavra ou frase, constituem as hashtags, funções utilizadas em mídias sociais, como Instagram, Twitter e TikTok para englobar textos e/ou materiais audiovisuais, de acordo com determinadas temáticas.

5 Ela era Alejandra Monocuco. Ela era uma trabalhadora sexual trans de Bogotá que morreu em 29 de maio de 2020 por negligência. Alejandra estava doente e suas companheiras chamaram a ambulância e esta levou cerca de uma hora para chegar ao local. Quando os paramédicos chegaram, tiraram a temperatura dela e disseram que poderia ser uma overdose e não podiam dar nada para ela comer ou beber. Uma companheira lhe disse, porque não a encaminha para um hospital, que estava muito doente e também disseram que era uma mulher trans e que tinha HIV. Por um momento, os paramédicos como que se afastaram e se foram e só lhe disseram que eram sintomas de Covid-19, portanto, que iria passar. Minutos depois, Alejandra morreu. Ontem o caso foi arquivado pela procuradoria-geral da nação. Se evidencia a transfobia e a discriminação institucionalizada (Traduzido pelos autores). O vídeo pode ser acessado na íntegra em: [https://www.tiktok.com/@ladafem/video/6945957425438674181?lang=pt-BR&is\\_copy\\_url=1&is\\_from\\_webapp=v1](https://www.tiktok.com/@ladafem/video/6945957425438674181?lang=pt-BR&is_copy_url=1&is_from_webapp=v1).

6 A filósofa norte-americana Nancy Fraser é considerada uma importante teórica feminista norte-americana, suas produções científicas foram dedicadas aos estudos sobre as temáticas: capitalismo, redistribuição, reconhecimento, políticas afirmativas, democracia, feminismo, entre outras. Em decorrência de sua profícua trajetória científica é tida como referência em teoria crítica na contemporaneidade (BRESSIANE, 2020).

## REFERÊNCIAS

ADWEEK. **TikTok Is Growing Up, and So Are Its Users**, 2020. Disponível em: <https://www.adweek.com/performance-marketing/tiktok-is-growing-up-and-so-are-its-users/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ANTRA. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Salvador: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ANTRA. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: ANTRA, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ASSANGE, Julian; APPELBAUM, Jacob; MULLER-MAGUHN, Andy; ZIMMERMAN, Jérémie. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BBC NEWS. **TikTok: What is the app and how much data does it collect?**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-53476117>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BORELLI, Viviane; MACHADO, Alisson; DIAS, Marlon Santa Maria. Narrativas Jornalísticas e Possibilidades de Resistência acerca do Acontecimento #SomosTodasVerônica: mídia, transfobia e violência. **Conexão - Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, vol. 16, n. 31, pp. 113-134, 2017. Disponível em: <http://www.ucs.com.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/download/4769/3032>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. O que é COVID-19, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 1 out. 2020.

BRESSIANE, Nathalie. Nancy Fraser e o Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, Campinas, v. 6, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF-Nancy-Fraser-e-o-Feminismo.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAZEIRO, Felipe. Saúde da População LGBT para Além do HIV/Aids e Processo Transexualizador no SUS. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Mato Grosso, v. 03, n. 11, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11256>. Acesso em: 4 abr. 2022.

CRISTIANETTI, Jessica. Transexualidade e Teoria do Reconhecimento: de um modelo patologizante a uma nova maneira de pensar através da contribuição teórica de Nancy Fraser. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, Minas Gerais, v. 01, n. 02, 2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, Campinas, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age. IN: SEIDMAN, Steven; ALEXANDER, Jeffrey. (org.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. p. 285-293.

GLOBO. Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho, 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuaisenfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-detrabalho.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2022.

HANAUER, Otto Felipe Dias; HEMMI, Ana Paula Azevedo. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, pp. 91-106, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/fLrnG5RSbCYVZdRsgzrvRhJ/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2.ed. Brasília: e-book, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

LIMA, Stephanie Caroline Ferreira de; GERMANO, Idilva Maria Pires. Transexualidade e visibilidade trans em mídias digitais: as narrativas de Mandy

Candy no YouTube. **Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina**, v. 40, n. 1, pp. 89-102, 2019.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. Ebook. Estados Unidos, 2015.

MEDEIROS, Ettore. Disputas ideológicas de passados, conflitos políticos em torno da tradição: a emergência da identidade criança viada na contemporaneidade brasileira. IN: MEDEIROS, Ettore; FONSECA; Gregório (org.). **Experiências culturais do tempo: mídia, memória, nostalgia e tradição**. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

MEDEIROS, Ettore Stefani; PEDRA, Caio Benevides. A propagabilidade midiática de expressões trans (-) viadas: ressignificação de ofensa em potência. **Líbero**, São Paulo, n. 48, p. 177-192, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Projeto visa a inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho, 2018. Disponível em: <https://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/564467539/projeto-visa-inclusao-de-travestis-e-transexuais-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 21 abr. 2021.

NATANSOHN, Graciela. (org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, pp. 2517-2526, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, pp. 630-651, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/dTmDL3Cr4VTzGq6vZ58n4Vr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2022.

UFRGS. **Desigualdade e preconceito são recorrentes em diversos ambientes do convívio social**, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/15/transexuais-encontramdificuldades-para-o-acesso-a-educacao-e-trabalho/>. Acesso em: 1 abr. 2022.

**Recebido:** 14-04-2022

**Aprovado:** 18-05-2023

**DOI:** 10.3895/cgt.v16n47.15390

**Como citar:** RIL, Stephany Yolanda; JUNIOR, João Batista de Oliveira; PORTES, Virginia de Menezes; PERINI, Filipe de Barros; LEIRIA, Maikon; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. #JusticiaParaAlejandra no TikTok: uma leitura a partir das contribuições teóricas de Nancy Fraser. **Cad. Gên. Technol.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 166-184, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

